

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial para o exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2016



Banco Société Générale Brasil S.A.



Índice

Banco Société Générale Brasil S.A. Instituição líder do Conglomerado Prudencial	> 5
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 35



Banco Société Générale Brasil S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		Nota explicativa	2.016	2.015
CIRCULANTE			10.114.845	13.308.553
Disponibilidades	5		53.565	14.946
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		3.796.107	4.749.131
Aplicações no mercado aberto			3.796.103	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros			-	42.482
Aplicações em moedas estrangeiras			4	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		830.718	1.658.467
Carteira própria			342.663	530.299
Vinculados à prestação de garantias			93.508	569.056
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		394.547	559.112
Relações interfinanceiras			592	10.012
Pagamentos e recebimentos a liquidar			-	1
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil			58	97
Créditos vinculados - Correspondentes			534	9.914
Operações de crédito			19.177	337.245
Operações de crédito - setor privado	9.a		28.383	393.147
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11		(9.206)	(55.902)
Operações de arrendamento mercantil	10		(26.454)	(17.989)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado			325.329	317.492
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público			51.544	57.983
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado			(324.534)	(315.833)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público			(51.544)	(57.983)
Adiantamentos a fornecedores			-	4.140
Rendas a apropriar de taxa de compromisso de arrendamento			-	(132)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11		(27.249)	(23.656)
Outros créditos			5.437.910	6.549.790
Carteira de câmbio	12		5.310.849	6.302.266
Rendas a receber			311	533
Negociação e intermediação de valores	8		59	155.727
Diversos	13.a		138.350	99.896
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11		(11.659)	(8.632)
Outros valores e bens			3.230	6.951
Outros valores e bens			2.337	5.249
Provisão para desvalorização de outros valores e bens			(92)	-
Despesas antecipadas	14		985	1.702
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2.458.078	3.577.695
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		724.746	605.537
Carteira própria			119.646	22.908
Vinculados à prestação de garantias			250.731	186.277
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		354.369	396.352
Operações de crédito	0		42.962	181.517
Operações de crédito - setor privado	9.a		44.056	191.144
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11		(1.094)	(9.627)
Operações de arrendamento mercantil	10		1.613	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado			531.046	475.656
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público			97.785	122.346
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado			(529.433)	(475.656)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público			(97.785)	(122.346)
Outros créditos			1.687.780	2.789.080
Carteira de câmbio	12		1.233.814	2.459.261
Diversos	13.a		453.966	329.819
Outros valores e bens			977	1.561
Outros valores e bens			37	37
Provisão para desvalorização de outros valores e bens			(37)	(37)
Despesas antecipadas	14		977	1.561
PERMANENTE			1.020.926	1.026.913
Investimentos			45.120	56.291
Participações em controladas	16		45.073	56.230
Outros investimentos			47	120
Provisão para perdas			-	(59)
Imobilizado de uso			6.172	10.325
Imóveis de uso			-	207
Reavaliação de imóveis de uso			-	804
Outras imobilizações de uso			33.226	39.437
Depreciações acumuladas			(27.054)	(30.123)
Imobilizado de arrendamento			969.456	959.364
Bens arrendados			1.403.465	1.313.320
Superveniências de depreciações			138.146	107.906
Perdas de arrendamento a amortizar			60.071	39.124
Depreciações acumuladas			(613.691)	(485.460)
Amortização de perdas de arrendamento			(18.535)	(15.526)
Diferido			-	756
Gastos de organização e expansão			-	2.680
Amortização acumulada			-	(1.924)
Intangível			178	177
Outros ativos intangíveis			509	434
Amortização acumulada de outros intangíveis			(331)	(257)
TOTAL DO ATIVO			13.593.849	17.913.161

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO				
		Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			9.748.889	12.625.308
Depósitos.....	17		423.162	206.869
Depósitos à vista			6.836	2.532
Depósitos interfinanceiros			101.528	40.988
Depósitos a prazo			314.798	163.349
Captações no mercado aberto			841.135	-
Carteira de Terceiros.....			697.459	-
Carteira de Livre Movimentação.....			143.676	-
Relações interfinanceiras			71	236
Correspondentes			71	236
Relações interdependências			21.463	5.881
Recursos em trânsito de terceiros			21.463	5.881
Obrigações por empréstimos e repasses	18		2.911.069	5.976.365
Empréstimos no País			-	7.773
Empréstimos no exterior			2.908.160	5.965.167
Repasse do exterior			2.547	3.205
Repasse do País			362	220
Instrumentos financeiros derivativos.....			273.663	939.802
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		273.663	939.802
Outras obrigações.....			5.278.326	5.496.155
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....			716	1.923
Carteira de câmbio	12		4.921.198	5.065.978
Fiscais e previdenciárias.....	13.b		209.997	201.944
Negociação e intermediação de valores.....	8		48.018	3.623
Diversas	13.c		98.397	222.687
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			2.469.730	3.906.076
Depósitos.....	17		295.303	63.391
Depósitos a prazo			295.303	63.391
Obrigações por empréstimos e repasses	18		348.443	1.050.761
Empréstimos no exterior			336.633	1.029.969
Repasse do exterior			282	3.667
Repasse do País - FINAME.....			11.528	17.125
Instrumentos financeiros derivativos.....			127.637	261.163
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		127.637	261.163
Outras obrigações.....			1.698.347	2.530.761
Carteira de câmbio	12		1.247.766	2.097.440
Fiscais e previdenciárias.....	13.b		243.321	233.480
Diversas	13.c		207.260	199.841
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	19		22.931	12.493
Resultado de exercícios futuros			22.931	12.493
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		1.352.299	1.369.284
Capital social			2.956.929	2.956.929
Reserva de capital			2.018	2.286
Reserva de reavaliação			-	180
Ajustes de avaliação patrimonial			2.924	(3.104)
Prejuízos acumulados.....			(1.609.572)	(1.587.007)
TOTAL DO PASSIVO			13.593.849	17.913.161

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		757.176	(439.382)	3.792.612
Operações de crédito		41.704	93.701	437.778
Operações de arrendamento mercantil		243.635	469.237	422.067
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		485.289	1.082.668	761.797
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(13.452)	(2.084.988)	2.170.970
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(552.574)	707.273	(3.546.095)
Operações de captações no mercado		(105.614)	(177.175)	(106.236)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	(124.356)
Operações de arrendamento mercantil		(180.601)	(358.776)	(298.172)
Operações de empréstimos e repasses		(243.528)	1.548.437	(2.848.721)
Resultado de operações com câmbio		(22.229)	(291.650)	54.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	744	(9.696)	(201.491)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(1.346)	(3.867)	(21.958)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		204.602	267.891	246.517
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(126.654)	(182.393)	(332.692)
Receitas de prestação de serviços		9.980	16.817	30.479
Rendas de tarifas bancárias		36	110	11.388
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(7.666)	(18.071)	(58.927)
Despesas de pessoal		(60.456)	(117.602)	(140.510)
Outras despesas administrativas	23	(46.116)	(103.560)	(207.435)
Despesas tributárias		(15.108)	(27.927)	(37.033)
Outras receitas operacionais	24	34.131	145.442	188.826
Outras despesas operacionais	25	(41.455)	(77.602)	(119.480)
RESULTADO OPERACIONAL		77.948	85.498	(86.175)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.069	643	(1.356)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		79.017	86.141	(87.531)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(63.922)	(108.825)	(135.905)
Provisão para imposto de renda corrente		(43.764)	(65.205)	(31.304)
Provisão para contribuição social corrente		(41.096)	(58.273)	(25.854)
Imposto diferido		20.938	14.653	(78.747)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		15.095	(22.684)	(223.436)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.374.923	4.119	211	2.066	(1.363.756)	1.017.563
Aumento de capital - AGE de 24 de abril de 2015 e AGE de 23 de dezembro de 2015.....	20. a	582.006	-	-	-	-	582.006
Realização de reservas de reavaliação em controlada.....		-	-	-	-	185	185
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador.....		-	348	-	-	-	348
-Controladas.....		-	(2.181)	-	-	-	(2.181)
Reservas de reavaliação.....		-	-	(31)	-	-	(31)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(5.170)	-	(5.170)
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	(223.436)	(223.436)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>2.956.929</u>	<u>2.286</u>	<u>180</u>	<u>(3.104)</u>	<u>(1.587.007)</u>	<u>1.369.284</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>2.956.929</u>	<u>2.286</u>	<u>180</u>	<u>(3.104)</u>	<u>(1.587.007)</u>	<u>1.369.284</u>
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas-Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	-	119	119
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador.....		-	(147)	-	-	-	(147)
-Controladas.....		-	(121)	-	-	-	(121)
Reservas de reavaliação.....		-	-	(180)	-	-	(180)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	6.028	-	6.028
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	(22.684)	(22.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>2.956.929</u>	<u>2.018</u>	<u>-</u>	<u>2.924</u>	<u>(1.609.572)</u>	<u>1.352.299</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		<u>2.956.929</u>	<u>1.949</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>(1.624.667)</u>	<u>1.334.126</u>
Plano de pagamento baseado em ações							
-Controlador.....		-	134	-	-	-	134
-Controladas.....		-	(65)	-	-	-	(65)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	3.009	-	3.009
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	15.095	15.095
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>2.956.929</u>	<u>2.018</u>	<u>-</u>	<u>2.924</u>	<u>(1.609.572)</u>	<u>1.352.299</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício		15.095	(22.684)	(223.436)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(123.009)	1.516.411	6.927.833
Depreciações e amortizações.....		177.136	355.002	293.336
Superveniência de depreciação.....		(27.214)	(30.241)	(35.388)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa.....		(744)	10.310	198.461
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		1.346	3.867	21.958
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		3.641	3.027	3.030
Reversão para créditos cedidos com coobrigação		-	-	(4)
Atualização de depósitos judiciais		(13.599)	(24.737)	(17.089)
Constituição de provisão para riscos.....	15 (ii)	(591)	17.880	3.428
Impostos diferidos.....		(20.938)	(14.653)	78.747
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens		92	92	(26)
Provisão com participação no resultado.....		2.294	1.121	141
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos.....		(255.878)	1.169.808	6.325.823
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		3.287	5.909	(5.016)
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações		(209)	(210)	(1.833)
Baixa por obsolescência.....		655	1.030	2.329
Perda na venda de imobilizado.....		47	135	1.009
Resultado de participação em controladas.....		7.666	18.071	58.927
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado.....		(107.914)	1.493.727	6.704.397
Variação de ativos e obrigações.....		(2.681.377)	(2.591.590)	(2.216.630)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez.....		(522.609)	(470.899)	14.659
Redução em títulos e valores mobiliários		34.176	501.992	1.496.468
Redução em operações de arrendamento mercantil		232	2.985	567
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências.....		14.814	28.839	(13.406)
Aumento (redução) em operações de crédito		423.067	446.313	1.102.830
Redução em outros créditos		13.629.637	4.457.130	3.715.585
Aumento em despesa antecipada		322	1.300	41.689
Aumento em outros valores e bens		(241)	2.913	(469)
Aumento (redução) em depósitos.....		503.185	448.205	(40.965)
Redução no mercado aberto		241.080	841.135	(10.740)
Aumento em obrigações por empréstimos		(3.955.579)	(5.204.801)	(37.628)
Aumento em outras obrigações		(13.227.863)	(3.064.023)	(8.746.016)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		177.002	(593.117)	280.904
Redução em resultados de exercícios futuros.....		1.400	10.438	(20.108)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais.....		(2.789.291)	(1.097.863)	4.487.767
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas.....	16	-	(7.000)	(98.012)
Aquisição de investimentos.....		(6.025)	(6.025)	-
Alienação de investimentos.....		6.116	6.116	-
Aquisição de imobilizado de uso		(1.332)	(1.425)	(2.188)
Alienação de imobilizado de uso.....		367	410	730
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil.....		(153.393)	(432.763)	(715.971)
Alienação de imobilizado de arrendamento.....		44.731	102.709	218.849
Aquisição de diferido		-	-	(44)
Alienação de diferido		-	-	44
Aquisição de intangível		-	(75)	(5)
Outros		(37)	43	-
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		(115.573)	(338.010)	(596.597)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	20 (a)	-	-	582.006
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		-	-	582.006
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO.....		(2.904.864)	(1.435.873)	4.473.176
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO.....		6.233.068	4.764.077	290.901
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5	3.328.204	3.328.204	4.764.077

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco" ou "Instituição"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. As captações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador. Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração das controladas Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas. Em 03 de fevereiro de 2015 a Administração do Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A. anunciou aos seus colaboradores o encerramento de suas operações. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por eventuais alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cândida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cândido, na data de referência, estava composto por:

	Acervo em 31/12/2015	Acervo em 01/08/2016	Variação Patrimonial
Ativos	6.462	6.058	(404)
BNDU	-	33	33
Investimento em controlada (Credial)	6.146	6.025	(121)
Imóveis em uso	316	-	(316)
Passivos	(6.462)	(6.269)	193
Capital Social	(6.061)	(6.061)	-
Reservas de capital - Plano de ações	(221)	(208)	13
Reservas de reavaliação	(180)	-	180
Total	-	(211)	(211)

Em 18/10/2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas., controlada do Banco Cacique S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em 2016 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil)   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. Em 31 de dezembro de 2015 foi consolidado o fundo de investimento exclusivo SG SD Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior que foi totalmente resgatado em 08 de agosto de 2016 pelo valor de R\$ 23.255.660,38. As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução n  4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações. As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN. Não fazem parte do conglomerado prudencial, as participações societárias indiretas, as quais tiveram seu valor de investimento eliminado contra a correspondente participação no patrimônio líquido da investidora, em atendimento ao Art. 8  I da Circular n  3.701:

Controlada	Participação
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	99,9992%
Cobraced Cobrança Especializada Ltda.	0,1000%

Foi utilizado o pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN n  4.144/12. Atualmente não   possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de fevereiro de 2017.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como: I - “hedge” de risco de mercado; e II - “hedge” de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação - Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos - • As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;

• As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

l) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações - • Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e • Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível - No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., o qual em dezembro de 2012 foi reconhecida perda integral do valor recuperável. No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

u) Mensuração a valor de mercado - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades.....	53.565	14.946
Aplicações no mercado aberto.....	3.274.635	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	42.482
Aplicações em moedas estrangeiras.....	4	-
Total.....	3.328.204	4.764.077

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	A vencer até 3 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2016		
Aplicações no mercado aberto.....	3.796.103	3.796.103
Aplicações em moedas estrangeiras.....	4	4
Total.....	3.796.107	3.796.107
Em 31 de dezembro de 2015		
Aplicações no mercado aberto.....	4.706.649	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	42.482	42.482
Total.....	4.749.131	4.749.131

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2016		2015	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	459.556	462.309	553.863	553.207
Títulos para negociação:	332.244	334.667	200.841	200.490
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	83.910	83.946	4.221	4.221
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.057	69.798	145.778	145.701
Notas do Tesouro Nacional - NTN	178.277	180.923	50.842	50.568
Títulos disponíveis para venda:	127.312	127.642	353.022	352.717
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.548	40.486	17.383	17.380
Letras do Tesouro Nacional - LTN	86.764	87.156	335.639	335.337
Vinculados à prestação de garantias:	337.565	344.239	767.508	755.333
Títulos para negociação:	87.606	87.846	560.823	560.354
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	56.371	56.359	108.472	108.493
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.408	29.629	436.409	436.058
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.827	1.858	15.942	15.803
Títulos disponíveis para venda:	249.959	256.393	206.685	194.979
Letras do Tesouro Nacional - LTN	229.754	236.213	197.472	185.767
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.205	20.180	9.213	9.212
Total	797.121	806.548	1.321.371	1.308.540

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2016				
Papel		Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		60.753	60.666	(87)	39	(48)
Letras do Tesouro Nacional - LTN		316.019	323.369	7.350	(3.308)	4.042
Total		376.772	384.035	7.263	(3.269)	3.994

Títulos disponíveis para venda		2015				
Papel		Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		26.596	26.592	(4)	1	(2)
Letras do Tesouro Nacional - LTN		533.111	521.104	(12.008)	5.403	(6.604)
Total		559.707	547.696	(12.012)	5.404	(6.606)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento

	2016			2015		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	422.513	13.658	436.171	760.844	22.656	783.500
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	-	315.855	315.855
A vencer entre 1 e 3 anos	-	214.522	214.522	-	209.185	209.185
A vencer entre 3 e 5 anos	-	155.855	155.855	-	-	-
Total	422.513	384.035	806.548	760.844	547.696	1.308.540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Composição por emissor

	2016	2015
Títulos para negociação	422.513	760.844
Públicos	422.513	760.844
Governo Federal	422.513	760.844
Títulos disponíveis para venda	384.035	547.696
Públicos	384.035	547.696
Governo Federal	384.035	547.696
Total	806.548	1.308.540

e) Instrumentos financeiros derivativos - As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) "Swap" e NDF

Em 31 de dezembro de 2016

Indexador	Valor de referência			
	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CDI x PRÉ	221.892	221.892	(6.263)	(10.762)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	28.431	5.323	5.398
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	55.000	55.000	60	(202)
CDI x EURO	334.427	334.427	117.518	117.127
CDI x IPCA	24.100	24.100	(114)	(354)
CDI x PRÉ (Termo)	365.000	365.000	-	(10.915)
CDI x DÓLAR	60.000	60.000	18.459	18.584
Cesta de Ações x PRÉ	375.739	375.739	6.243	10.762
DÓLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	441.296	441.296	(3)	(1.484)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	11.263	11.263	8.285	8.383
DÓLAR (NDF)	4.074.158	4.074.158	103.746	110.830
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	100.000	88.232	94.380
EURIBOR x EUR ECB	119.368	119.368	(947)	(5.614)
EURIBOR x PRÉ	386.479	386.479	(116.894)	(117.287)
EURO (NDF)	1.616.993	1.616.993	(579)	4.036
FRANCO SUIÇO (NDF)	1.371	1.371	143	159
IPCA x CDI	24.200	24.200	92	280
JPY Reuters 11 NY (NDF)	217	217	50	52
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	376.126	376.126	3	1.590
LIBRA ESTERLINA (NDF)	16.617	16.617	1.623	1.820
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	119.072	56.511	51.545
PRÉ x DÓLAR	253.867	253.867	12.127	20.257
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	700.647	700.647	46.283	34.027
PRÉ x EURIBOR	60.000	60.000	(4.773)	(4.391)
PRÉ x EURO	232.258	232.258	17.428	18.517
	9.998.521	9.998.521	352.553	346.738

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2015

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência			
	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
ABI BB x CDI.....	19.070	19.070	(932)	(3.077)
AUD Reuters 11 NY (NDF)	203	203	(8)	(9)
BAC UM x CDI	13.516	13.516	(645)	(1.954)
CA FP x CDI.....	18.693	18.693	(634)	(4.084)
Call Digital x PRÉ	51.613	51.613	1.315	12.036
CDI x EURO (Fluxo de caixa).....	15.912	15.912	(87)	(323)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa).....	105.000	105.000	407	2.644
CDI - 0,95% x EURIBOR + EUR ECB	119.072	119.072	(48.255)	(52.404)
CDI x ABI BB.....	19.070	19.070	932	3.077
CDI x BAC UM	13.516	13.516	645	1.954
CDI x CA FP.....	18.693	18.693	634	4.084
CDI x EURO	264.164	264.164	12.100	12.720
CDI x IPCA	26.600	26.600	(293)	19
CDI x DÓLAR (Fluxo de caixa)	1.082.849	1.082.849	(220.071)	(246.879)
Cesta de Ações x PRÉ	207.276	207.276	13.284	21.121
Cesta de Moedas x PRÉ	71.015	71.015	5.113	6.896
CHF (NDF)	206.497	206.497	(95.068)	(91.292)
COROA NORUEGUESA (NDF)	776	776	-	(25)
DIS US x PRÉ.....	8.178	8.178	366	478
DÓLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa).....	85.000	85.000	164	(482)
DÓLAR x LIBOR US 6M (Fluxo de caixa).....	183.033	183.033	806	2.141
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	19.212	19.212	20.753	21.742
DÓLAR (NDF).....	5.147.894	5.147.894	35.595	47.295
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	100.000	126.036	131.503
DÓLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	192.988	83.969	83.680
DÓLAR CANADENSE (NDF).....	203.000	203.000	6.646	11.169
Dow Jones US Real Estate Index Fund x PRÉ.....	12.618	12.618	109	534
EURIBOR x EUR ECB	642.474	642.474	(44)	636
EURIBOR x PRÉ	60.000	60.000	(3.186)	(2.758)
EURO (NDF).....	1.042.268	1.042.268	(11.960)	(18.237)
Euro ECB (NDF)	1.007.846	1.007.846	153.270	175.103
EuroREUTERS11NY (NDF)	33.847	33.847	982	360
FRANCO SUICO (NDF)	357	357	(6)	2
GBP Reuters 11NY (NDF)	8.754	8.754	440	330
IPCA x CDI	24.200	24.200	231	(155)
JPY Reuters 11 NY (NDF)	479	479	6	3
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa).....	85.000	85.000	(157)	570
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa).....	336.591	336.591	17	(33)
LIBRA ESTERLINA (NDF)	31.043	31.043	(5.886)	(6.504)
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	207.276	207.276	(13.287)	(21.121)
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	46.820	(11)	-
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	119.072	(48.534)	(46.599)
PRÉ x Call Digital	51.613	51.613	(1.308)	(12.036)
PRÉ x Cesta de Moedas	71.015	71.015	(5.089)	(6.896)
PRÉ x DAX.....	17.525	17.525	(147)	(21)
PRÉ x DIS US.....	8.178	8.178	(367)	(478)
PRÉ x DÓLAR	367.201	367.201	(205.532)	(225.692)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	223.016	223.016	(38.492)	(36.588)
PRÉ x EURIBOR	79.574	79.574	(2.716)	(3.938)
PRÉ x Euro ECB (Fluxo de caixa)	67.245	67.245	(4.405)	(5.403)
PRÉ x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	5.095	(154)	(123)
PRÉ x S&P.....	39.900	39.900	(897)	(115)
PRÉ x Shares Dow Jones US Real Estate Index Fund.....	12.618	12.618	(107)	(37)
	12.794.465	12.794.465	(244.458)	(247.166)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções flexíveis				
Compra de opção de venda	-	-	6.839	1
Venda de opção de venda	-	-	6.840	(1)
	-	-	13.679	-
	2016		2015	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções listadas				
Posição vendida-Opções de compra	124.400	861	184.400	1.665
Total	124.400	861	184.400	1.665
	2016		2015	
	Valor dos contratos		Valor dos contratos	
Operações a termo				
Compras a termo a receber		36.452		-
Obrigações por compra de termo a pagar		(36.435)		-
Total		17		-
Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções				
	2016		2015	
Curto prazo		394.547		559.112
Longo prazo		354.369		396.352
Saldo registrado no ativo:		748.916		955.464
Curto prazo		(273.663)		(939.802)
Longo prazo		(127.637)		(261.163)
Saldo registrado no passivo:		(401.300)		(1.200.965)
Diferencial líquido a receber/(pagar)		347.616		(245.501)

e.2) Mercado futuro

	2016		2015	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	5.442.129	(46.214)	10.389.543	155.080
DI	4.562.120	55	4.237.297	612
Dólar	1.125.725	(1.696)	3.659.475	(2.412)
Total	11.129.974	(47.855)	18.286.315	153.280

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 42.479 (R\$ 755.334 em 2015). Os contratos de "swap", NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2016

	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap"	585.746	1.111.126	1.517.212	491.750	583.330	-	4.289.164
NDFs	2.780.173	2.014.964	621.200	35.572	257.448	-	5.709.357
Futuros	3.729.365	4.126.369	1.121.779	1.131.542	793.686	227.233	11.129.974
Operações a Termo	36.452	-	-	-	-	-	36.452
Opções	-	124.400	-	-	-	-	124.400
Total	7.131.736	7.376.859	3.260.191	1.658.864	1.634.464	227.233	21.289.347

Em 31 de dezembro de 2015

	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap"	466.368	3.089.997	701.807	270.000	583.329	-	5.111.501
NDFs	3.460.511	3.318.749	367.816	271.158	264.730	-	7.682.964
Futuros	11.578.622	4.557.151	1.311.577	339.171	499.794	-	18.286.315
Opções	7.627	6.052	184.400	-	-	-	198.079
Total	15.513.128	10.971.949	2.565.600	880.329	1.347.853	-	31.278.859

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os seguintes resultados:

	2016	2015
NDF	236.408	(303.402)
Swap	728.728	(292.646)
Mercado futuro	(3.051.859)	2.305.145
Opções	1.735	461.873
Total	(2.084.988)	2.170.970

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	2016		2015	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(494.586)	-	(874.132)	-
DDI	346.704	(517.323)	696.386	(782.403)
DI	-	464.598	-	698.452
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		1.949		2.153
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(878)		1.547

■ 8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2016	2015
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	2	153.280
Swap	57	2.444
Outros	-	3
Total	59	155.727

Passivo – Outras obrigações

	2016	2015
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	47.857	-
Movimentos de caixa a processar	-	3.588
Outros	161	35
Total	48.018	3.623

■ 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	50.643	240.970
Financiamentos	21.796	343.321
Total das operações de crédito	72.439	584.291
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	419.321	1.539.976
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	8.118	15.716
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	52.713	11.154
Total de outros créditos	480.152	1.566.846
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	905.980	882.271
Total do risco da carteira	1.458.571	3.033.408

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Diversificação por atividade:

	2016	2015
Setor privado:		
Indústria	423.881	1.984.876
Comércio	349.320	159.943
Instituições financeiras	34.946	68.263
Pessoas físicas	15.089	137.643
Prestação de serviços	23.034	31.357
Outros serviços	447.992	474.808
Setor público:		
Governo federal	164.309	176.518
Total	1.458.571	3.033.408

c) Vencimento:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	19.017	1,30	44.053	2,98
A vencer até 3 meses	168.400	11,55	626.098	27,34
A vencer de 3 a 12 meses	657.962	45,11	883.206	32,44
A vencer de 1 a 3 anos	494.724	33,92	1.329.628	29,99
A vencer de 3 a 5 anos	113.865	7,81	143.532	6,41
A vencer de 5 a 15 anos	4.603	0,32	6.891	0,85
Total	1.458.571	100,00	3.033.408	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2016		2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	146.568	10,05	778.007	25,65
10 seguintes maiores devedores	725.566	49,74	1.287.926	42,46
20 seguintes maiores devedores	296.216	20,31	445.144	14,67
50 seguintes maiores devedores	167.893	11,51	252.011	8,31
100 seguintes maiores devedores	78.064	5,35	103.362	3,41
Demais devedores	44.264	3,03	166.958	5,50
Total	1.458.571	100,00	3.033.408	100,00

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 778.007 em 2015, não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

e) Nível de risco:

		2016			2015		
Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	408.262	60	408.322	2.088.537	44	2.088.581
A	0,50%	494.493	364	494.857	577.095	361	577.456
B	1,00%	441.784	920	442.704	208.214	670	208.884
C	3,00%	34.628	1.582	36.210	37.278	1.090	38.368
D	10,00%	8.208	366	8.574	6.233	1.072	7.305
E	30,00%	32.020	3.201	35.221	22.914	1.880	24.794
F	50,00%	867	190	1.057	3.549	1.985	5.534
G	70,00%	6.940	925	7.865	2.839	2.935	5.774
H	100,00%	11.062	12.699	23.761	37.381	39.331	76.712
		1.438.264	20.307	1.458.571	2.984.040	49.368	3.033.408

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2016		2015	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA.....	408.322	-	2.088.581	-
A.....	494.857	2.474	577.456	2.888
B.....	442.704	4.427	208.884	2.088
C.....	36.210	1.086	38.368	1.150
D.....	8.574	858	7.305	731
E.....	35.221	10.566	24.794	7.438
F.....	1.057	530	5.534	2.768
G.....	7.865	5.505	5.774	4.042
H.....	23.761	23.762	76.712	76.712
Provisão mínima.....	1.458.571	49.208	3.033.408	97.817
Total		49.208		97.817

■ 10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

	2016	2015
Arrendamentos a receber - setor privado.....	846.117	778.769
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(843.950)	(773.019)
Arrendamentos a receber - setor público.....	149.329	180.329
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(149.329)	(180.329)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação.....	778.700	811.445
Superveniência de depreciação.....	138.146	107.906
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas.....	41.536	23.598
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c).....	(63.787)	(83.118)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil.....	<u>896.762</u>	<u>865.581</u>

Arrendamento operacional:

	2016	2015
Arrendamentos a receber - setor privado.....	9.220	16.690
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(9.220)	(16.690)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2016	2015
Máquinas e equipamentos.....	14%	640.539	686.374
Móveis e utensílios.....	14%	-	250
Equipamentos de informática.....	29%	590.107	412.533
Veículos e afins.....	29%	62.105	77.572
Aeronaves.....	29%	91.072	107.024
Superveniência de depreciação.....		138.146	107.906
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas.....		41.536	23.598
Depreciação acumulada.....		(605.124)	(472.308)
Total		<u>958.381</u>	<u>942.949</u>

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2016	2015
Equipamentos de Informática.....	29%	19.642	29.567
Depreciação acumulada.....		(8.567)	(13.152)
Total		<u>11.075</u>	<u>16.415</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

■ 11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2016	2015
Saldo inicial.....	97.817	165.541
Constituição	13.563	223.448
Baixas	(62.172)	(291.172)
Saldo final.....	49.208	97.817
Curto prazo	48.114	88.190
Longo prazo	1.094	9.627

No consolidado, durante o ano findo em 31 de dezembro de 2016, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 23.077 (R\$ 42.673 em 2015). No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 2 (R\$ 6.087 em 2015).

■ 12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	2.959.247	5.582.236
Direitos sobre venda de câmbio.....	3.577.298	3.163.575
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	8.118	15.716
Total	6.544.663	8.761.527
Curto prazo	5.310.849	6.302.266
Longo prazo	1.233.814	2.459.261
Total	6.544.663	8.761.527
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	3.603.300	4.026.080
Obrigações por compra de câmbio.....	2.984.985	4.677.314
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(419.321)	(1.539.976)
Total	6.168.964	7.163.418
Curto prazo	4.921.198	5.065.978
Longo prazo	1.247.766	2.097.440
Total	6.168.964	7.163.418

■ 13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais.....	236	399
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	17	40
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 21 b).....	5.300	6.039
Devedores por depósitos em garantia (*)	413.166	301.344
Devedores por compra de valores e bens a prazo	-	6.375
Impostos e contribuições a compensar	109.604	88.436
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9).....	52.713	4.779
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22 a)	51	9
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**).	10.693	19.338
Devedores diversos no exterior.....	27	966
Outros	509	1.990
Total	592.316	429.715
Curto prazo	138.350	99.896
Longo prazo	453.966	329.819
Total	592.316	429.715

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 53.462 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 49.294 em 2015), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.861 (R\$ 2.656 em 2015), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 121.982 (R\$ 109.663 em 2015), a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 8.985 em 2015), processos trabalhistas, no montante de R\$ 26.350 (R\$ 36.580 em 2015), processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 86.816 (R\$ 9.461 em 2015).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 22 a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	141.058	88.611
Impostos e contribuições a recolher	5.289	31.431
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21 d)	102.005	112.534
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 i)	204.963	202.621
Outros	3	227
Total	453.318	435.424
Curto prazo	209.997	201.944
Longo prazo	243.321	233.480
Total	453.318	435.424

c) Outras obrigações - diversas:

	2016	2015
Cheques administrativos	41	41
Obrigações com cessionários	5	11
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	119.944	101.882
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	16.563	19.301
Provisão com despesas de pessoal	20.707	22.485
Provisão para despesas de publicação	191	205
Provisão para pagamentos a fornecedores	5.171	5.437
Provisão para despesas de advogados	398	279
Recebimentos a processar	431	3.224
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	63.787	83.118
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 22 a)	13.074	148
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 22 a)	106	346
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	31.368	162.169
Provisão para despesas de auditoria	479	377
Provisão para garantias prestadas (*)	5.165	1.845
Taxa de administração de fundo	-	15
Parcelas de arrendamento recebidas antecipadamente (VRG)	12.025	10.278
Fundo de reserva de financiamento	14.638	8.900
Fundo garantidor de crédito	46	8
Credores diversos no País - fianças	491	4
Outras	1.027	2.455
Total	305.657	422.528
Curto prazo	98.397	222.687
Longo prazo	207.260	199.841
Total	305.657	422.528

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2016 R\$ 500.226 (R\$ 735.082 em 2015).

■ 14. DESPESAS ANTECIPADAS

	2016	2015
Seguros	27	107
Vale transporte	12	-
Assistência médica e odontológica	-	132
Despesas com encargos contratuais	85	235
Comissões (*)	217	827
Outras	1.621	1.962
Total	1.962	3.263
Curto prazo	985	1.702
Longo prazo	977	1.561
Total	1.962	3.263

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

■ 15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2016	2015
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	204.963	202.621
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	119.944	101.882
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	16.563	19.301
Total	341.470	323.804

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	202.621	101.882	19.301	323.804
Constituição (*)	12.535	17.504	1.656	31.695
Baixas	(213)	-	(1)	(214)
Reversão (**)	(19.040)	(4.419)	(4.394)	(27.853)
Atualização	9.060	4.977	1	14.038
Saldo final.....	204.963	119.944	16.563	341.470
Devedores por depósitos em garantia (***)	365.442	37.752	9.972	413.166

(*) Nota explicativa nº 25. Para riscos trabalhistas, houve constituição de provisão de R\$ 8.116 (30.845 em 2015) no Banco Cacique S.A e de R\$ 9.388 (2.278 em 2015) constituída pelo Banco Pecúnia S.A

(**) Nota explicativa nº 24. Em riscos fiscais, houve reversão de R\$ 10.985 de valores provisionados referentes a execução fiscal relativo que discutia débitos de PIS do período de 1997 a 1998 no Banco Societé Générale Brasil S.A., em virtude a decisão favorável.

(***) Nota explicativa nº 13. Em riscos fiscais, foi efetuado depósito judicial de R\$ 74.343, em setembro de 2016, na Societe Generale CCTVM para o processo que discute a desmutualização da Bovespa.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de dezembro de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	204.963	204.963	129.961	119.944	16.563	16.563
Perdas possíveis (b)	331.813	-	551.128	-	39.575	-
Perdas remotas	48.241	-	2.663	-	17.602	-
Total	585.017	204.963	683.752	119.944	73.740	16.563

Em 30 de dezembro de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	202.621	202.621	114.682	101.882	19.301	19.301
Perdas possíveis (b)	190.619	-	469.545	-	67.309	-
Perdas remotas	127.855	-	2.410	-	17.221	-
Total	521.095	202.621	586.637	101.882	103.831	19.301

Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) **Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais** - • Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 7.205 (R\$ 6.787 em 2015) no Banco e Consolidado; • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente ao período de abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 3.982 (R\$ 3.852 em 2015) no Banco e Consolidado; • Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 99.212 (R\$ 92.363 em 2015) no Consolidado; • Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou 9.725 (R\$ 8.985 em 2015) no Consolidado. O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral; • Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 41.421 (R\$ 40.002 em 2015) no Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível - • Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 35.531 (R\$ 28.642 em 2015) no Banco e Consolidado; • Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 46.558 (R\$ 42.777 em 2015) no Consolidado; • Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2016 totalizou no Consolidado R\$ 35.653 (R\$ 33.278 em 2015);

Trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Para a instituição Banco Societé Générale Brasil S/A as ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Já para as instituições Banco Cacique S/A e Banco Pecúnia S/A., essas ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

■ 16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.		Cobraced Cobrança Especializada Ltda.		Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Informações das controladas:										
Capital social	198.443	96.046	12.100	12.100	-	27.133	-	231		
Quantidade de cotas	22.815	22.815	121.000	1.000	-	2.038.000	-	300		
Cotas	-	-	-	-	-	-	-	300		
Participações - %	99,9992%	99,9991%	0,100%	0,100%	0,000%	100%	0,000%	1,000%		
Patrimônio líquido	95.133	50.068	7.866	10.421	-	6.146	-	650		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(11.354)	(40.645)	(2.576)	(5.200)	(7.041)	(18.277)	-	1		
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de dezembro	50.068	12.713	10	3	6.146	4.423	6	6	56.230	17.145
Resultado de equivalência patrimonial	(11.354)	(40.645)	(2)	(5)	(6.715)	(18.277)	-	-	(18.071)	(58.927)
Aumento de capital	-	78.000	-	12	7.000	20.000	-	-	7.000	98.012
Cisão do investimento em controlada	-	-	-	-	(6.146)	-	-	-	(6.146)	-
Incorporação do investimento (nota explicativa nº 1)	6.351	-	-	-	(326)	-	-	-	6.025	-
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)	-
Variação patrimonial líquida de ajustes do exercício anterior	-	-	-	-	41	-	-	-	41	-
Saldos em 31 de dezembro	45.065	50.068	8	10	-	6.146	-	6	45.073	56.230

■ 17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sem vencimento	6.836	2.532	-	-	-	-	6.836	2.532
Até 3 meses	-	-	644	33.417	51.358	-	52.002	33.417
De 3 meses a 1 ano	-	-	314.154	129.932	50.170	40.988	364.324	170.920
De 1 a 3 anos	-	-	294.955	63.391	-	-	294.955	63.391
De 3 a 5 anos	-	-	348	-	-	-	348	-
Total	6.836	2.532	610.101	226.740	101.528	40.988	718.465	270.260

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2016		2015	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	-	(166)	7.773	(2.697)
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	404.684	291.073	1.672.013	(514.626)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.154.267	1.070.030	3.963.313	(1.689.145)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	685.842	187.033	1.359.810	(638.831)
Subtotal	3.244.793	1.547.970	7.002.909	(2.845.299)
Repasse do País				
Finame	11.890	(327)	17.345	(352)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	2.829	794	6.872	(3.070)
Total	3.259.512	1.548.437	7.027.126	(2.848.721)
Curto prazo	2.911.069		5.976.365	
Longo prazo	348.443		1.050.761	
Total	3.259.512		7.027.126	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY com vencimentos até 2017 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,56% ao ano em 2016 (1% ao ano em 2015). (b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,75% ao ano. (c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2015 (4,41% ao ano em 2014). (d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 3.468 (em 2014 favorável em R\$ 25.771).

■ 19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2016	2015
Comissão de empréstimos (*)	155	1.341
Descontos obtidos a diferir (**)	20.394	11.081
Comissão de operação em moeda estrangeira	2.382	71
Total	22.931	12.493

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

(**) Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

■ 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2016	2015
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) **Aumento de capital** - Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 267.003, passando o capital de R\$ 2.374.923 para R\$ 2.641.926, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 45.914 ações ordinárias com direito a voto e 45.914 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de abril de 2015. Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 315.003, passando o capital de R\$ 2.641.926 para R\$ 2.956.929, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 54.168 ações ordinárias com direito a voto e 54.168 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2015. Na controlada Banco Cacique S.A., em 24 de agosto de 2015 houve aumento de capital no valor R\$ 65.000, mediante emissão de 365.991 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 733.518 e o total de R\$ 894.384 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 2 de setembro de 2015. Na controlada Banco Pecúnia S.A., em 24 de agosto de 2015 houve aumento de capital no valor R\$ 48.000, , passando o capital a ser de R\$ 471.596 e o total de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

165.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 2 de setembro de 2015 e, em 16 de dezembro de 2015 houve novo aumento de capital no valor R\$ 90.000, mediante emissão de 450.000.000 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 561.596 e o total de 615.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2015. Na controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, houve aumento de capital em 02 de janeiro de 2015 no valor R\$ 19.000, representado por 692.294 ações, passando assim para um total de 3.257.358 ações, mediante a emissão de 346.147 ações ordinárias e 346.147 ações preferenciais. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 16 de janeiro de 2015.

d) Reserva de capital - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

e) Reserva legal - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

■ 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	86.141	(87.531)	86.141	(87.531)
Alíquota vigente	25%	25%	20%(*)	15% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(21.535)	21.883	(17.227)	20.568
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(4.517)	(14.731)	(3.614)	(11.785)
-Despesas com fraudes	-	(8)	-	(6)
-Ajustes de preços de transferência para exterior.....	(445)	(336)	(356)	(202)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(6.273)	(10.417)	(5.019)	(6.250)
-Lucros e Dividendos pelo Custo de Aquisição	-	46	-	28
-Incentivo fiscal	(611)	(392)	(487)	(236)
-Descontos concedidos	(415)	(2.587)	(332)	(2.070)
-Outras despesas não dedutíveis	797	(1.545)	(1.292)	(2.192)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a).....				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.417)	543	(3.532)	826
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(22.378)	23.151	(17.903)	13.891
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris.....	47	6	38	5
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos.....	2.376	(17.665)	1.902	(5.594)
-Provisão para publicação de balanço.....	4	(7)	3	(4)
-Amortização de ágio.....	15.286	15.286	12.229	12.229
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR.....	153	56	121	153
-Honorários advocatícios	(30)	18	(24)	11
-Provisão para realização de ativo.....	6.264	4.048	5.011	2.429
-Provisão Garantias	(4.093)	-	(3.274)	-
-Outras diferenças temporárias	7.355	(16.144)	(171)	(19.855)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	52	-	-	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(24.123)	(38.250)	(19.300)	(29.209)
-Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20%(*).....	-	-	-	(2.049)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(56.503)	(37.045)	(53.227)	(29.312)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	4.781	(46.844)	9.872	(31.903)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios.....	(8.702)	5.741	(5.046)	3.458
Total de imposto de renda e contribuição social	(60.424)	(78.148)	(48.401)	(57.757)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o banco efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 559.295 (R\$ 838.764 em 2015) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 801.881 (R\$ 740.489 em 2015), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 594.141 (R\$ 695.080 em 2015) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2016	2015
Diferenças temporárias:	11.774	13.418
Provisão para riscos	9.603	1.361
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	8
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	2.107	12.002
Outras	64	47
Total	11.774	13.418
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	2.945	3.355
Ativo - Contribuição social		
Diferenças temporárias:	11.774	13.418
Provisão para riscos	9.603	1.361
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	8
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	2.107	12.002
Outras	64	47
Total	11.774	13.418
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	2.355	2.684
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	5.300	6.039

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2016	2015
Saldo inicial	6.039	2.964
Adições	3.717	3.103
Baixas	(4.456)	(31)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	-	3
Saldo final	5.300	6.039

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2016	2015
Saldo inicial	112.534	34.630
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	(29.701)	45.108
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(2.867)	(951)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponíveis para venda	3.310	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	11.275	24.901
Reserva de reavaliação	(107)	(1)
Realização de superveniência de depreciação	7.561	8.847
Saldo final (*)	102.005	112.534

(*) Nota explicativa nº 13 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Valor contábil Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2016	2015
2016	-	5.426
2017	978	-
2018	4.322	613
Total	5.300	6.039

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 4.389 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 5.067 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2016	2015	2016	2015
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	-	1	-	20
Depósitos à vista.....	-	(6)	-	-
Depósitos a prazo.....	-	(434)	-	(58)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(1.078)	(7)	-	-
Depósitos a prazo.....	(89.723)	(50.041)	(9.000)	(5.816)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	-	-	(881)
Valores a receber de sociedades ligadas.....	49	6	-	-
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(309)	(54)	-	-
Depósitos a prazo.....	(19.760)	(10.947)	(2.030)	(1.108)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(209)	(346)	(2.993)	(8.156)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos à vista.....	-	(309)	-	-
Depósitos a prazo.....	-	(14.246)	(1.480)	(1.640)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	-	-	(2.794)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	700	-	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	(404.685)	(1.018.447)	(291.073)	-
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(100.596)	-	270	(8.636)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	42.482	-	14.719
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	151	-	1.186
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Credores diversos no exterior (**).....	(13.074)	(148)	130	(60)
Obrigações em moeda estrangeira.....	(2.154.267)	(3.964.630)	(1.070.030)	-
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(551.114)	(1.279.533)	(55.080)	(122.112)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Société Générale - Cayman				
Obrigações em moeda estrangeira.....	-	(652.249)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	2	21	20
Depósitos à vista.....	(31)	(20)	-	-
Depósitos a prazo.....	(2.345)	(2.259)	(307)	(270)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista.....	(8)	-	-	-
Depósitos a prazo.....	-	(11.223)	(996)	(1.987)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	(251.598)	270.631	(247.192)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	851	-	1.186
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	42.482	-	14.719
Depósitos à vista.....	(1.426)	(396)	-	-
Depósitos a prazo.....	(111.828)	(89.150)	(13.813)	(10.879)
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Valores a receber de sociedades ligadas.....	51	9	21	40
Obrigações em moeda estrangeira.....	(2.558.952)	(5.635.326)	(1.361.103)	-
Credores diversos no exterior (**).....	(13.074)	(148)	130	(60)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(651.710)	(1.279.533)	(54.810)	(130.748)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	(251.598)	270.631	(247.192)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(209)	(346)	(2.993)	(11.831)
	(3.274.479)	(7.200.689)	(1.169.655)	(366.835)

(*) Nota explicativa nº 13 a. (**) Nota explicativa nº 13 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2016	2015
Proventos.....	10.782	11.859
Contribuição ao INSS	4.244	4.033
Total	15.026	15.892

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2016			2015		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

■ 23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas de água, energia e gás.....	376	521
Despesas de material	231	326
Despesas de serviços técnicos especializados.....	10.377	15.362
Despesas de processamento de dados.....	21.325	30.377
Despesas de serviços do sistema financeiro	15.769	18.889
Despesas de aluguéis	5.317	5.952
Despesas de serviços de terceiros	8.400	6.478
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.790	1.824
Despesas de comunicações	2.391	4.632
Despesas de contribuições filantrópicas.....	2.781	1.748
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	121	131
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ.....	372	1.135
Despesas de arrendamento	118	336
Despesas de seguros	702	978
Despesas com entidades de classe.....	696	680
Despesas de propaganda e publicidade.....	215	1.863
Despesas de publicações	243	341
Despesas de transportes.....	630	1.771
Despesas de promoções e relações públicas	762	1.063
Despesas de viagem.....	1.674	2.594
Despesas de depreciação e amortização	4.802	6.283
Despesas com serviços de consultoria e assessoria.....	5.173	57.640
Despesas com auditoria	1.919	1.681
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	758	117
Despesas de serviços de promoção de vendas	436	4.342
Despesas de serviços de cobrança	3.899	20.669
Despesas de serviços administrativos prestados	148	120
Despesas de serviços de assessoria jurídica	5.466	8.341
Despesas de estrutura compartilhada	595	325
Despesas com indenizações cíveis	3.890	4.770
Outras	2.184	6.146
Total	103.560	207.435

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	889	3.795
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	19.040	46.851
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	4.419	1.204
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	4.394	1.167
Atualização de créditos tributários	249	1.021
Atualização de depósitos judiciais	24.737	17.089
Atualização de depósitos trabalhistas	318	118
Juros sobre capital próprio	-	368
Juros e multas	1.204	1.063
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	3.578	31.297
Reversão de provisão de auditoria externa	206	93
Receitas com encargos de cancelamento de contratos	-	1
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	500	505
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	43	25
Descontos obtidos	5	28
Levantamento depósitos judiciais	9	19
Variação monetária	84.683	19.499
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	305	7.762
Receita de estrutura compartilhada	297	-
Outras receitas operacionais	566	56.921
Total	145.442	188.826

■ 25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Prestação de serviços no exterior	9	147
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	12.535	4.964
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	9.060	8.395
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	17.504	33.123
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	4.977	1.109
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1.656	5.058
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1	1
Provisão para pagamento de gratificação	679	474
Provisão para despesas com publicação	-	85
Provisão de serviços técnicos	-	234
Provisão de garantias recebidas	13.052	-
Despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	-	31.230
Atualização de impostos	37	176
Despesas com fraudes	53	273
Despesas com encargos contratuais	-	10
Despesas com indenizações cíveis	2.445	3.458
Descontos concedidos	1.660	10.349
CPMF e IOC bancado sobre operações	1	1
Variação monetária - DESPESA	4.474	7.146
Provisão para Garantias prestadas (*)	3.431	1.845
Despesas com depósitos judiciais	1.526	-
Despesas de perdas com comissões	192	-
Outras	4.310	11.402
Total	77.602	119.480

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução Banco Central 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

■ 26. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcam) e Câmbio (RWAcam); • Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad)

Apuração dos limites de Basileia – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2016	2015
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.352.202	1.368.528
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	406.242	623.729
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	9.462	21.600
Valor da margem		936.498	723.199

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2016			2015		
	Totais	% de consumo	do PR	Totais	% de consumo	do PR
RWACPAD	261.787		19%	431.349		32%
RWACAM	3.782		0%	26.468		2%
RWAJUR1	13.963		1%	14.016		1%
RWAJUR2	100.226		7%	97.775		7%
RWAJUR3	63		0%	3		0%
PACS	120		0%	3.074		0%
RWAOPAD	26.301		2%	51.044		4%

• Extrapolação

	2016	2015
Índice alcançado	32,87%	24,14%

■ 27. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

Processo	Valor contábil da provisão	
	2016	2015
IRRF sobre cota de fundo ao portador (*)	-	494
Total	-	494

(*) Em dezembro de 2016, o processo que discutia a retenção de IR sobre cota de fundo ao portador foi homologado e consolidado pela Receita Federal, resultado no encerramento definitivo do litígio

■ 28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2016 e outorgados a partir de 1º de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações.

I - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco. A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2015. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE} - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4ª e 6ª. serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada.

II - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu semestre. A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e, passivo na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

	2016	2015
Plano de ações livres (*)	1.170	1.422
Plano de ações diferidas (**)	848	864
Total	2.018	2.286
Saldo no início do exercício	2.286	4.253
Constituição	171	990
Canceladas	(158)	(1.783)
Reversão	(358)	-
Exercidas	(131)	(1.174)
Incorporação líquida da variação em controlada (Controlada Banco Cacique S/A)	208	-
Saldo no fim do exercício	2.018	2.286
(*) Reservas de capital		
(**) Outras Obrigações Diversas		

■ 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 772 (R\$ 789 em 2015) e pelos funcionários R\$ 890 (R\$ 700 em 2015).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações. **Base para opinião com ressalva** - A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases** - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial - Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Suspensão da realização de novas operações de crédito de controladas** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, as controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., suspenderam a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações daquelas Instituições, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras das Instituições, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações Financeiras individuais do Banco Société Générale Brasil S.A.** - O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 17 de fevereiro de 2017. **Reorganização societária da controlada Banco Cacique S.A.** - Conforme divulgado na nota explicativa 1, no contexto do processo de reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo econômico foram realizados os seguintes eventos: (i) em 01 de agosto de 2016, a incorporação da parcela cindida do acervo líquido do Banco Pecúnia S.A.; e (ii) em 18 de outubro de 2016, a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços pela Cacique Promotora de Vendas Ltda. (controlada do Banco Cacique S.A.). Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas

regulamentares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6